



Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

Momento Atípico ou Crise Estrutural Anunciada?

Carlos Nuno Castel-Branco

A crise activada pela explosão e pela implosão da bolha económica, ocorrida entre Setembro de 2015 e Setembro de 2016, é, frequentemente, atribuída à combinação da descoberta das garantias públicas ilícitas dadas à dívida privada (que resultou na descredibilização das instituições nacionais e na insolvência da economia), com as medidas de política então tomadas, nomeadamente o cancelamento da ajuda externa ao Orçamento do Estado (que exacerbou a incapacidade de financiar a despesa pública, de conter o endividamento comercial e de sustentar a sobrevalorização da moeda nacional, com a consequente desvalorização e *overshooting* e escalada inflacionária), a austeridade social e monetária (que protegeu e valorizou activos financeiros em detrimento da capacidade produtiva, do emprego e da segurança social) e a resistência do Governo em auditar devidamente as componentes ilícitas da dívida pública e em iniciar processos judiciais contra os mandantes e executantes desse processo de endividamento público ilegal. O discurso oficial nacional caracteriza a crise como um momento atípico e passageiro, assumindo que a economia estava numa trajectória dinâmica desenvolvimentista e que a ela regressará quando o momento atípico passar.

Ao contrário desta narrativa oficial, o nosso argumento é que esta é uma crise anunciada, isto é, previsível e organicamente associada às dinâmicas de expansão, volatilidade e ajustamento da economia. Esta crise estava “escrita” nos paradoxos e nas contradições das estruturas económicas e sociais e da sua trajectória. O enfoque da análise, do

debate e da política pública nas taxas de crescimento económico, com estabilidade aparente artificialmente assegurada pela ajuda oficial internacional, bilateral e multilateral, havia ofuscado e permitido que fosse negligenciada a análise sobre padrões de crescimento e de apropriação, de distribuição e de utilização do excedente, bem como a análise sobre os riscos críticos e a sustentabilidade do modelo de acumulação, bem como sobre o seu impacto no Estado e na sociedade. Quais são os traços estruturais e dinâmicos fundamentais que revelam e caracterizam a crise económica corrente em Moçambique?

Primeiro, a economia está presa a uma trajectória histórica de dependência da exportação de produtos primários, da qual depende a capacidade de sustentar o funcionamento da economia como um todo e a qual estrutura o sistema social de acumulação e as suas opções. O afunilamento da economia em torno da produção de bens primários e a sua consequente volatilidade geram contínuas e frequentes crises de acumulação por causa de quatro elementos fundamentais: a volatilidade dos mercados internacionais para mercadorias primárias de exportação, a tendência secular de os termos de troca dos produtos primários se deteriorarem relativamente aos dos produtos manufacturados, as crises contínuas da base de rentabilidade destas produções primárias, frequentemente sustentada na sobre-exploração de exércitos de trabalhadores casuais em sistemas de emprego que reproduzem precariedade, pobreza, absentismo e baixa produtividade, e a dificuldade que estes padrões de produção criam para gerar

ligações e industrializar. Esta trajectória, historicamente construída e herdada do colonialismo, foi reproduzida e expandida no período de rápido crescimento económico, gerando tendências de acentuada reprimarização da produção consistentes com a rápida expansão do investimento estrangeiro e da economia.

Segundo, a expansão acelerada da economia, assente no seu núcleo extractivo, é dependente de influxos de capital financeiro privado internacional em grande escala. Esta dependência cria vários problemas críticos estruturais fundamentais. Por um lado, a economia tem de atrair esse capital privado internacional, e o Estado fá-lo por quatro vias interligadas: pondo à sua disposição os recursos naturais estratégicos a baixo custo, assegurando-lhes o controlo da gestão de infraestruturas públicas, garantindo-lhes incentivos fiscais e facilidades de repatriamento de capitais, minimizando o incentivo para o reinvestimento dos lucros na economia nacional, e incorrendo em endividamento público para investimento em infraestruturas e para dar garantias ao endividamento de empresas multinacionais, de modo a reduzir os seus custos e riscos. Por outro lado, as grandes concessões atribuídas permitem às multinacionais transformar parte dos activos reais (concessões mineiras, de exploração de gás, etc.) em activos financeiros (acções, participações, títulos de dívida, etc.), que são revendidos nas bolsas financeiras mundiais, desta forma garantindo a cobertura de custos e a geração de excedentes/rendas financeiras independentemente da realização das actividades produtivas. Isto é, os recursos estratégicos nacionais

são financeirizados. Além disso, a fraqueza da base industrial da economia dificulta a realização de ligações produtivas directas, sobretudo a montante, com os grandes programas de investimento privado, restando ao capital doméstico a opção de investir em actividades directamente associadas ao investimento directo estrangeiro (IDE), como serviços, construção e finanças, introduzir-se, por via de ligações com o Estado, na estrutura accionista dos projectos, ou dedicar-se à especulação com títulos de concessões (de terra, mineiros, etc.). Portanto, a expansão deste modelo económico exacerba, em vez de aliviar, as tensões e limites estruturais da economia. A crise é, pois, uma consequência orgânica destas estruturas de acumulação.

Terceiro, a rápida expansão dos influxos de capitais privados externos está associada ao rápido e insustentável crescimento da dívida pública. O *nexus* investimento estrangeiro-dívida pública resulta de quatro factores combinados: elevados custos de capital dos projectos caros e intensivos em investimento em infra-estruturas e outros meios de capital **físico**; longos períodos de desfasamento entre o investimento e o início da operação dos projectos, durante os quais o resto da economia, incluindo o Estado, têm de pagar os custos; dependência da economia em relação à exportação de mercadorias primárias, o que, como já foi referido, expõe a capacidade de a economia gerar moeda externa e receitas fiscais à volatilidade dos mercados internacionais; e prioridade dada aos retornos dos investidores e dos especuladores proprietários de títulos de dívida, sacrificando o Estado e a economia como um todo para viabilizar o núcleo extractivo, em especial o complexo mineral-energético. A rápida expansão do investimento privado foi potenciada pela rápida expansão da dívida pública para além de qualquer capacidade pública de a servir. Naturalmente, este processo de acumulação teria de resultar numa crise profunda.

Quarto, o rápido endividamento público contribuiu para tornar o sistema financeiro doméstico mais especulativo e proibitivo para efeitos de

apoio à ampliação, diversificação e articulação da base produtiva nacional. Em face da crescente pressão do serviço da dívida sobre a despesa pública corrente, o Estado foi buscar crédito ao sector financeiro doméstico, com o qual também transaccionou títulos de dívida pública de curto, médio e longo prazos.

No período de rápida expansão do investimento privado, da dívida privada e pública e do fortalecimento do *nexus* entre ambas e o investimento privado, as taxas de juro reais (diferença entre as taxas de juro comerciais nominais praticadas e a taxa de inflação) do sector financeiro doméstico mantiveram-se sempre acima dos 8%; as taxas de juro comerciais mantiveram-se estáveis entre 2011 e 2015, apesar da redução substancial da inflação (de 11% para 3%), altura em que as taxas de juro reais atingiram o valor máximo de 19%; as taxas de juro comerciais voltaram a subir quando a inflação subiu no início da eclosão da crise, altura em que as taxas de juro reais tiveram o seu valor mínimo de 8%, e, apesar de terem reduzido quando a inflação baixou, as taxas de juro reais voltaram a subir, até 17%.

Este comportamento das taxas de juro sugere que os bancos comerciais têm outras fontes de negócio mais rentáveis do que fornecer crédito às pequenas e médias empresas. Dadas as contradições da política monetária (analisadas num outro IDelAS desta série), os sinais expansionistas que o Banco de Moçambique por vezes dá, quando baixa as suas taxas de referência para o sector financeiro doméstico, são diluídos por outras medidas do banco central para conter a inflação, tentando retirar liquidez do mercado financeiro, como as altos rácios de reservas obrigatórias (que chegaram a atingir um máximo de 39% dos depósitos em moeda externa e em moeda nacional, em 2024). Mantendo tais taxas de reservas obrigatórias, isto é, capital potencial que fica ocioso, os bancos comerciais são obrigados a entrar em mercados mais especulativos para obterem rendas e lucros mais altos.

No período de rápida expansão do investimento privado estrangeiro associado a dívida pública, a estrutura de

alocação do crédito do sector bancário doméstico alterou-se significativamente: a proporção do crédito para o sector produtivo e para o comércio foi reduzida em 14 por cento e em 12 por cento, respectivamente, entre 2010 e 2017, enquanto a proporção do crédito para o consumo de bem duráveis (maioritariamente construção e veículos de luxo) e a proporção dos gastos na compra de dívida pública (uma forma de crédito ao Governo) aumentaram em 24 por cento e em 19 por cento, respectivamente, no mesmo período. Na estrutura das transacções e da rentabilidade dos bancos comerciais, a especulação com a dívida pública e o financiamento do consumo dos grupos mais abastados da sociedade (52% do financiamento dos bancos comerciais em 2017) tornaram-se mais importantes do que o financiamento da produção e do comércio (48% do financiamento dos bancos comerciais).

Não é, pois, surpreendente que uma economia que parece relativamente saudável e com altos níveis de investimento privado estrangeiro, tenha uma das mais baixas elasticidades da pobreza relativamente ao crescimento económico em toda a África Subsariana (quer dizer, o crescimento económico em Moçambique é altamente ineficiente a reduzir pobreza e desigualdade), onde reduzir pobreza custa, em esforço económico, três vezes mais do que a média para o resto do continente (aliás, os dados do mais recente inquérito aos orçamentos familiares indica que a percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza absoluta aumentou em cerca de 50% nos últimos dez anos).

Talvez tenha sido atípico que a profunda crise estrutural da economia de Moçambique se tenha transformado no assunto dominante do debate económico, mas é óbvio que esta crise não é um momento atípico – ela está inscrita, organicamente, no modelo de acumulação de capital em Moçambique e na forma como os mercados financeiros internacionais, as corporações multinacionais e a burguesia nacional oligárquica emergente influenciam as políticas económicas em Moçambique.